

ARTIGO DE REVISÃO

Editora

Andreza Barbosa

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Uso de software de IA

Não foram utilizadas ferramentas de IA em nenhuma parte da elaboração deste manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

30 abr. 2025

Versão Final

19 set. 2025

Aprovado

6 jan. 2026

“Era digital” e a precarização do trabalho docente na educação infantil

“Digital age” and the precariousness of teaching work in early childhood education

Simone Aparecida dos **Santos**¹ , Vânia Rodrigues **Nicolau**¹ , Karina Luciane Silva **Deolindo**¹ , Luciane Guimarães Batistella **Bianchini**¹ , Shirley Cristiane **Cintra**² 

¹ Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá, PR, Brasil. Correspondência para: S. A. SANTOS. E-mail: <pg55560@uem.br>.

² Universidade Paranaense, Graduação em Letras, Núcleo de Educação em Licenciaturas. Umuarama, PR, Brasil.

Como citar este artigo: Santos, S. A. et al. “Era digital” e a precarização do trabalho docente na educação infantil. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 31, e15503, 2026. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v31a2026e15503>.

Resumo

A precarização do trabalho na sociedade contemporânea suprimiu direitos trabalhistas e com a introdução das tecnologias digitais durante o período da pandemia do COVID-19, muitos postos de trabalho deixaram de existir. Como reflexo, houve a intensificação e flexibilização do trabalho, levando muitos profissionais ao adoecimento, como é o caso dos professores da educação infantil. Este artigo, de caráter bibliográfico, discute a precarização do trabalho docente, com foco nos profissionais da Educação Infantil. Pela análise, foi possível observar que ocorre a precarização do trabalho. A presença de estresse, Síndrome de Burnout, adoecimento físico e emocional foi relatada. Neste viés, a precarização do trabalho docente na educação infantil é um problema que afeta tanto os profissionais da educação quanto a qualidade da educação. Faz-se necessário promover ações que contribuam para a melhoria das condições de trabalho e a valorização dos docentes desde essa faixa etária.

Palavras-chave: Educação Infantil. Professores. Stress. Tecnologia.

Abstract

The precariousness of work in contemporary society has suppressed workers' rights, and with the introduction of digital technologies during the COVID-19 pandemic, many jobs have become unavailable. This has resulted in the intensification and flexibilization of work, leading to illness for many professionals, such as early childhood education teachers. This bibliographic article discusses the precariousness of teaching work, focusing on early childhood education professionals. The analysis revealed that job insecurity is occurring. Stress, burnout syndrome, and physical and emotional illness were reported. In this context, the precariousness of teaching work in early childhood education is a problem that affects both education professionals and the quality of education. It is necessary to promote actions that contribute to improving working conditions and the appreciation of teachers from this age group onward.

Keywords: Early childhood education. Teachers. Stress. Technology.

Introdução

A atividade docente, assim como ocorre em outras profissões, é impactada pelo contexto social. À medida que esse contexto se transforma, aumentam as responsabilidades, competências e habilidades exigidas desse profissional pela sociedade (Diehl; Marin, 2016). De acordo com Oliveira *et al.* (2002), nas décadas de 1980 e 1990, foram implementadas reformas educacionais que provocaram mudanças na organização do trabalho dos professores. No entanto, não houve a adaptação necessária das condições de trabalho desses profissionais.

No âmbito da educação, especialmente na Educação Infantil, a questão da precarização do trabalho docente tornou-se motivo de preocupação. A natureza dessas dificuldades nessa modalidade de ensino refere-se à crescente vulnerabilidade e instabilidade enfrentadas pelos professores devido as condições de trabalho, afetando seu bem-estar físico e mental.

Questões burocráticas e outros afazeres que fogem à formação dos professores são indicados como outro elemento da flexibilização do trabalho, tendo em vista a necessidade de elaborar, inclusive em horários de descanso e fora da escola, o preenchimento de plataformas de projetos, atividades padronizadas por apostilamento, produção de materiais pertencentes a projetos entre outros, encarados pelos professores como excesso de burocracia (Piovezan; Dal Ri, 2019).

Devido aos altos índices de mortalidade causada pela pandemia do Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2, Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2), houve uma grande modificação no trabalho docente e em outras áreas, em vários aspectos que perpassam até o momento presente.

O isolamento foi necessário nesse período para evitar a disseminação e a contaminação pelo vírus, e neste viés, muitas empresas deixaram de manter escritórios físicos e permanecem, até hoje com a rotina de trabalho em *home office*, reduzindo gastos com aluguéis e materiais, porém, consequentemente, atribuindo mais trabalho para ser realizado em casa. Com os professores, este cenário não foi diferente.

O fenômeno de aumento da carga de trabalho e exigências documentais foi agravado pela pandemia da Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19, Coronavirus Disease 2019), expondo as fragilidades e desafios enfrentados por muitos trabalhadores, inclusive os professores, levando ao adoecimento físico e emocional (Matias *et al.*, 2023; Prado, 2016).

Aliado ao exposto, esse período foi marcado por uma imensa crise global e as condições de trabalho destes profissionais só pioraram com as suspensões das aulas presenciais, uma vez que tiveram que se organizar e garantir a educação de maneira lúdica quando se trata da Educação Infantil.

Com as escolas fechadas, o professor dessa faixa etária, que atende crianças de zero a cinco anos, depararam-se com o desafio de transformar suas atividades presenciais de modo a poder ser executado em casa, com o auxílio das famílias, no viés que, essas adaptações não poderiam deixar de abranger a ludicidade.

Problemática de Pesquisa e Fundamentos Teóricos

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca que o trabalho docente é avaliado como sendo uma das profissões mais estressantes e maior risco para o adoecimento dos profissionais (Reis *et al.*, 2006). Em consoante, observa-se que nos últimos vinte anos, esse contexto tem se agravado.

Porém, muitas pessoas na sociedade, ainda tem a percepção do professor da Educação Infantil como um cuidador e não como um profissional assim como outros de diferentes áreas, que estudou e se especializou para exercer a função de professor, buscando qualidade no trabalho realizado (Santos, 2015).

O período pandêmico foi marcado por incertezas e pela necessidade de adaptação as tecnologias disponíveis para todas as modalidades da educação, com o objetivo de garantir a toda a população, a possibilidade da continuidade dos estudos. Nesse contexto, também, surgiu uma corrida contra o tempo, na questão de aprender por parte de muitos professores, a utilizar essas ferramentas.

Além disso, a demanda constante por documentação e tarefas administrativas delegadas aos profissionais da Educação Infantil sobrecarregou ainda mais os profissionais, em razão do aumento da carga de trabalho. Com tempo e recursos limitados, esperava-se que os professores cumprissem requisitos burocráticos aliado a rotina, as quais desviam o foco do educar real e do cuidado personalizado às crianças.

Considerando a fundamental contribuição dos professores da Educação Infantil para acesso à aprendizagem, na disseminação do conhecimento e na construção de novos saberes, a precarização do trabalho desses profissionais torna-se um tema relevante. Refletir sobre as condições de trabalho dessa categoria pode contribuir para a criação de ambientes organizacionais mais saudáveis na área educacional.

O presente estudo tem como objetivo analisar os processos de precarização do trabalho docente na Educação Infantil, especialmente aqueles intensificados durante e após a pandemia de COVID-19, evidenciando os impactos das demandas burocráticas, da flexibilização das condições laborais e da adaptação emergencial às tecnologias digitais sobre o bem-estar físico, emocional e profissional dos professores. Busca-se, ainda, refletir sobre a valorização desse profissional enquanto sujeito de direitos e produtor de saberes, de modo a contribuir para a construção de ambientes organizacionais mais saudáveis e condizentes com as especificidades da docência na primeira infância.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica, com enfoque exploratório e descritivo, tendo como principal objetivo aprofundar o entendimento e delinear as características do tema escolhido com base em publicações de livros, periódicos, bases de dados disponíveis na internet como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, entre outras fontes (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). O método aplicado foi a revisão integrativa da literatura de acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), visando sintetizar, de forma sistemática, ordenada e abrangente os resultados de pesquisas relacionadas a um determinado tema ou questão. Esse processo facilita a síntese do conhecimento existente e a discussão sobre os resultados dos estudos analisados.

Resultados

Dimensões e precarização do trabalho

A esfera econômica passou por transformações no processo produtivo, estimuladas pela crise do capitalismo na década de 1970, que afetaram o perfil do trabalho e dos trabalhadores.

Houve a necessidade de adaptação às inovações tecnológicas, aos novos modelos de gestão e à nova divisão mundial do trabalho (Tostes *et al.*, 2018). Essas mudanças resultaram na intensificação do trabalho, devido ao ritmo de produção mais acelerado, ao aumento das responsabilidades e à maior complexidade das tarefas realizadas pelos trabalhadores (Andrade; Cardoso, 2012).

Os reflexos do sistema capitalista interferem diretamente na sociedade e na vida das pessoas. Com o passar do tempo, diminui-se os postos de trabalho e aumentam as cobranças e metas a serem alcançadas pelas pessoas que o detêm. Isso tem ocorrido devido à desaceleração do mercado de trabalho, onde as empresas têm reduzido o número de vagas para reduzir custos.

Com a inserção das tecnologias e o aumento por essa demanda na rotina da sociedade, criou-se a ilusão da melhoria universal de diversos tipos de trabalhos realizados, porém, ao investigar essa realidade de maneira científica, deparamo-nos com situações controversas.

De acordo com Antunes (2020, p. 19):

Nas últimas décadas do século passado, floresceram diversos mitos acerca do trabalho. Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) não foram poucos os que acreditaram que uma nova era de felicidade se iniciava: trabalho on-line, digital, era informacional, finalmente adentrávamos no reino da felicidade. O capital global só precisava de um novo maquinário, então descoberto. O mundo do labor enfim superava sua dimensão de sofrimento. A sociedade digitalizada e tecnologia nos levaria ao paraíso, sem tripalium e quiçá até mesmo sem trabalho. O mito eurocêntrico, que aqui foi repetido sem mediação e com pouca reflexão, parecia finalmente florescer.

Porém, a crise de 2008 demonstrou sinais de esgotamento do sistema capitalista, das relações econômicas, políticas e sociais, potencializadas pelas tecnologias da comunicação, mesmo com alguns anteparos do Estado. Para governar, os defensores do capital modificam a legislação dos países para favorecer aplicações financeiras e rentáveis, e mensuram que a riqueza dos Estados provém da exploração da força de trabalho, ou seja, a “mais valia” e do capital financeiro flutuante em ambientes seguros (Pereira; Silva, 2018).

A lógica do capital, baseada na exploração do trabalho se intensificou com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação em alguns setores, uma vez que, não há a valorização de mão de obra, diante da sociedade marcada pelo desenvolvimento de recursos digitais, onde muitas vezes o trabalho humano é substituído por máquinas. Ao mesmo tempo que a pessoa tem o “privilegio” de trabalhar, cresce também a exploração e aumento de demandas a serem realizadas, sob a constante ameaça do desemprego.

Mészáros (2011, p. 95) destaca que:

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação.

De acordo com o autor supracitado, pode-se verificar que a precarização do trabalho está presente em escala mundial devido a saturação do sistema capitalista, podendo destacar que alguns países apresentam mais ou menos problemas de acordo com a política adotada em relação à valorização do trabalho humano. Assim, cresce as desigualdades e aumenta a divisão de classes na sociedade, em um sistema que prega que o livre mercado é a melhor opção e a democrática.

Diante desse contexto, o estado neoliberal munido por políticas públicas, se reproduz por apenas “medidas públicas”, atenuando a problematização social de pobreza e consequentemente desigualdade (Puello-Socarrás, 2021).

Wacquant (2009, p. 80) relata que:

[...] O princípio reitor da ação pública neste campo não é a solidariedade senão a compaixão; seu propósito não é fortalecer os laços sociais senão reduzir as desigualdades, mas apenas para aliviar as mais gritantes dificuldades e para demonstrar a empatia moral da sociedade para com seus membros despossuídos, embora merecedores de sua ajuda [...] Além disso, o Estado penal hipertrofiado que pouco a pouco está substituindo ao Estado de bem-estar social no nível mais baixo da estrutura de classes – ou suplementando-o, de acordo com uma divisão do trabalho pelo gênero – é incompleto, incoerente e muitas vezes incompetente, de modo tal que não pode cumprir às expectativas pouco realistas que lhe fizeram nascer nem as funções sociais que lhe são próprias pela sua missão.

O Estado é um importante arrecadador de impostos e tem a função de utilizá-los em benefício da população, dispondo de condições para criar medidas sociopolíticas que auxiliem na criação de locais de trabalho, conseqüentemente, diminuindo a precarização. Ao analisarmos o contexto social atual, fica claro que tais medidas têm sido insuficientes do ponto de vista político e social, e dessa maneira, a redução das desigualdades sociais e de classe acabam sendo não percebidas (Montenegro, 2019).

Porém, Pereira e Silva (2018) ressaltam que existe um projeto geopolítico e econômico em desenvolvimento pelos líderes reunidos em Davos, na Suíça, caracterizado pelo aumento da fortuna dos mais abastados por meio de transações financeiras baseadas em altas taxas de juros e exploração intensiva da mão de obra, aprofundando assim a divisão social. Dentro desse contexto político, são estabelecidas novas diretrizes para a gestão pública – denominadas Nova Gestão Pública – e para as instituições sociais, com o objetivo de torná-las mais semelhantes às organizações econômicas e comerciais.

Deitos (2008) destaca que o trabalhador para atuar nos novos sistemas de organização da produção, precisa se adequar à introdução de novos equipamentos informatizados baseados na microeletrônica e necessita ser: ser flexível, polivalente, ter habilidade comunicativa, ter habilidade para trabalhar em equipe, ser criativo, apresentar capacidade de interpretar manuais e outros códigos escritos, ter capacidade para assumir maior responsabilidade por suas ações, entre outras competências.

De acordo com Kuenzer (2002, p. 90), para muitos trabalhadores que se encontram no emprego formal:

[...] a análise do exercício laboral e da formação dos chamados trabalhadores flexíveis mostra que, embora presente no discurso a recomposição da unidade, nunca estiveram tão distantes da prática o poder de decidir, de criar ciência e tecnologia, de intervir em processos cada vez mais centralizados, tecnológica e gerencialmente. Pelo contrário, o trabalho da maioria está cada vez mais desqualificado, intensificado e precarizado, como resultado do novo regime de acumulação. Conclui-se que, do ponto de vista da gestão empresarial, a recomposição da unidade do trabalho não passa da ampliação de tarefas do trabalhador, sem que isto signifique uma nova qualidade na formação, de modo a possibilitar o domínio intelectual da técnica.

Muitas indagações estão presentes também no trabalho de Antunes (2020, p. 24), que descreve as diversas faces do trabalho, procurando oferecer respostas dentro do sistema capitalista, levantando muitas questões. Em uma dessas passagens descreve que:

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais,

situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.

Porém, apesar de todas as dificuldades, Antunes (2020) destaca a importância do trabalho, mesmo quando este é marcado predominantemente por traços de alienação e estranhamento, uma vez que em alguma medida, apresentam o contexto de sociabilidade que são perceptíveis quando se comparam pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho com as que se encontram desempregadas.

A procura e crescente por profissionais nos diversos ambientes de trabalho, de acordo com Deitos (2008, p. 286): “não mais privilegiava a qualificação do trabalhador, mas, sim, as suas competências, incorporando assim ao meio produtivo a discussão que já vinha sendo travada em outras áreas do conhecimento”.

No contexto educacional, outro fator agravante das condições de trabalho são as relações público-privadas, a privatização, assim como as demandas educacionais, que resulta na oferta de cursos nas diversas etapas de educação sendo oferecidos pela demanda de livre mercado, contribuindo para a precarização da educação e consequentemente também do professor, que pela falta de trabalho, acabam aceitando trabalhar muitas vezes sem os direitos estabelecidos por lei, assim como outros profissionais.

Freitas (2018) ressalta que no caminho da destruição da educação pública, outro objetivo da reforma associado à privatização, de caráter ideológico, também vem sendo cumprido: controlar o processo educativo, submetendo a escola a formas de administração empresarial, o que agrava cada vez mais a questão do trabalho. Em consonância com essa perspectiva, argumenta que esse é um projeto político-ideológico, cujas vantagens são: permitir o controle da gestão, fazendo com que esta assuma um estilo empresarial e impedindo que ocorra uma gestão democrática da escola com uma concepção pública, como um “bem comum”; e ainda permite o controle dos profissionais da educação, por quem carregam verdadeiro desprezo.

Assim, ao retirar a gestão escolar do âmbito do setor público, Freitas (2018, p. 104) destaca que: “o mesmo processo de precarização que vem atingindo as demais profissões chega também aos profissionais da educação, por meio da introdução de concepções e formas de gestão privadas nas redes públicas”.

Em consonância com esse contexto, o século XXI também é marcado pela imersão das tecnologias digitais, que passaram a ocupar um lugar central na vida social, econômica e cultural, alterando de modo significativo as formas de comunicação, interação e aprendizagem. A chamada “sociedade da informação” ou “sociedade em rede”, conforme denomina Lévy (1999), tem como característica a ubiquidade das tecnologias digitais e a crescente dependência de dados, redes e dispositivos interconectados. Esse cenário impacta diretamente a educação, uma vez que desafia a escola a repensar suas práticas pedagógicas, a formação docente e os modos de ensinar e aprender. Neste cenário, aumentam as demandas em relação ao professor, em relação ao uso de recursos digitais e atribuições burocráticas.

Autores como Kenski (2012) e Moran, Maseto e Behrens (2013) mencionam que a inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) amplia possibilidades de acesso ao conhecimento, fomenta aprendizagens colaborativas e exige a constituição de novas competências, tanto por parte dos alunos quanto dos professores. Além disso, o conceito de multiletramentos (Rojo, 2013) aponta para a necessidade de compreender que a leitura e a produção de sentidos no século XXI envolvem múltiplas linguagens, suportes e modos de expressão, o que torna imprescindível integrar tais tecnologias ao currículo escolar.

Cabe ressaltar que as tecnologias digitais, ao mesmo tempo em que oferecem novas possibilidades pedagógicas, também se inserem em um cenário de intensificação e precarização do trabalho docente, especialmente na Educação Infantil. De acordo com Hypólito (2012), essa intensificação está diretamente ligada às políticas neoliberais que atravessam a educação, nas quais a lógica da produtividade, da eficiência e da mensuração de resultados passa a nortear as práticas pedagógicas. Portanto, as tecnologias do século XXI, em vez de representarem apenas inovação pedagógica, também podem ser compreendidas como dispositivos de precarização e sobrecarga do trabalho docente na Educação Infantil, sobretudo quando não são acompanhadas de políticas públicas que assegurem formação crítica, condições dignas de trabalho e valorização profissional.

Precarização do trabalho docente na Educação Infantil

A precarização do trabalho docente na Educação Infantil pode ser observada em diversas dimensões. A trajetória da Educação Infantil no Brasil tem suas origens profundamente vinculadas à esfera da assistência social, sobretudo nos períodos pré-industrial e industrial. Nesse contexto, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho fabril provocou transformações significativas nas dinâmicas familiares e sociais, uma vez que, ao deixarem o espaço doméstico, elas passaram a demandar locais de cuidado e proteção para seus filhos pequenos. Esse movimento, como observam Paschoal e Machado (2012), não apenas contribuiu para o surgimento das primeiras instituições voltadas à infância, mas também inaugurou o processo de feminização da docência nesse nível de ensino.

Segundo Paschoal e Machado (2012), Rosa (2011) e Paschoal (2018), a Educação Infantil se consolidou, historicamente, no Brasil, como um espaço socialmente destinado às mulheres, em razão da associação cultural entre maternidade e cuidado. Essa atribuição, ao ser naturalizada, fez com que o trabalho docente fosse compreendido como uma extensão das práticas maternas e domésticas, reforçando a ideia de que as mulheres possuíam uma vocação inata para o ensino e o cuidado infantil. Dessa forma, o magistério na Educação Infantil se constituiu, desde suas origens em nosso país, como um espaço predominantemente feminino, sustentado por relações de gênero que, ao mesmo tempo em que possibilitaram às mulheres maior inserção no espaço público, também contribuíram para a desvalorização profissional.

Paschoal, Oliveira e Oliveira (2020) aprofundam esse debate ao mencionar que a associação entre docência e feminilidade teve como consequência a legitimação de baixos salários e de uma reduzida valorização social. Para as autoras, a identidade profissional das docentes da Educação Infantil foi marcada por empates: ao passo que se reconhecia a necessidade de sua atuação no cuidado e na formação das crianças, esse trabalho era desqualificado em termos acadêmicos e econômicos, pois era entendido como simples prolongamento das funções maternas. Assim, a Educação Infantil foi, por muito tempo, vista menos como um espaço educativo e mais como um local de assistência, cuja centralidade se pautava no cuidado das crianças pequenas para possibilitar a participação das mães no trabalho produtivo (Paschoal; Oliveira; Oliveira, 2020).

Neste contexto, Arce (2001) destaca que a feminização da Educação Infantil não pode ser dissociada de processos históricos e sociais que relegaram às mulheres funções ligadas ao cuidado e à afetividade, elementos que, embora fundamentais para o desenvolvimento infantil, foram utilizados como justificativa para a precarização da profissão. Arce (2001, p. 167) ressalta que a “não valorização salarial, a inferioridade perante os demais docentes, a vinculação do seu trabalho com o doméstico”, carregaram consigo o estigma de uma atividade de baixa complexidade, o que contribuiu para sua desvalorização no campo educacional.

No contexto atual, verifica-se um cenário marcado também pela crescente tendência para contratos de trabalho atípicos, como empregos em tempo parcial ou contratos temporários, reforçando a desvalorização do magistério. Estas formas de trabalho geram insegurança e instabilidade financeira para os professores, muitas vezes, impedindo-os de receber benefícios e recursos sociais essenciais para um equilíbrio saudável entre a vida pessoal, financeira e profissional.

De acordo com Peroni (2020), a retirada de direitos sociais e trabalhistas pela lógica de mercado neoliberal na esfera pública não foi simplesmente aceita pela população, consistiu em um longo trabalho de sujeitos individuais e coletivos, organizados ou não em redes nacionais e internacionais.

A procura por mão de obra barata tornou-se uma característica marcante desse contexto contribuindo para a mercantilização da educação, desde a oferta de profissionais para a Educação Infantil até o nível superior. O universo de possibilidades para se realizar uma graduação e pós-graduação, amparados a disputa de valores de menor mensalidade é o cenário atual, sem se preocupar com o conhecimento para uma formação de qualidade.

Pereira e Silva (2018, p. 527), destacam que:

Adiciona-se, ainda, a atuação do Banco Mundial, da Unesco e da OCDE em um processo *contínuo* de pleitear a Educação pública brasileira, ora associando-a à teoria do capital humano, ora elevando-a para o mercado de negócios comercializáveis, e ora exigindo dela formação para que trabalhadores possam disputar emprego em um mercado volátil.

Amparado por esse contexto de desvalorização docente, no caso da Educação Infantil, destacam-se as condições insuficientes para a realização do trabalho, o que requer do profissional cada vez mais trabalho e ocasiona um sistema exaustivo que leva ao adoecimento.

Outro fator que merece destaque em relação à precarização do trabalho docente na Educação Infantil é a manipulação das condições de trabalho. Muitos professores enfrentam dificuldades, jornadas extenuantes e falta de infraestrutura adequada nas escolas. A escassez de investimentos por parte do governo e das instituições educacionais, resulta em salas de aula superlotadas, poucos materiais didáticos e ambientes inadequados para a aprendizagem das crianças.

Piovezan e Dal Ri (2019) destacam que a flexibilização do trabalho é um dos elementos constitutivos da precarização e atingiu os trabalhadores de diversas categorias, inclusive da categoria docente, ampliando as competências e funções que devem ser realizadas tanto no interior da escola quanto fora do ambiente escolar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996), a Educação Infantil é um direito e consiste na primeira etapa de escolarização abrangendo de zero a cinco anos. De acordo com Brasil (1996, Art. 29), a Educação Infantil consiste em seu artigo 29: “a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a

ação da família e da comunidade”. Nesse viés, é importante que essa etapa da educação apresente qualidade para o desenvolvimento integral das crianças.

Em 2008, foi aprovada a lei nº 11.738 em âmbito nacional, que instituiu um terço das horas trabalhadas para serem utilizadas para a preparação das aulas a serem ministradas e seus respectivos materiais pedagógicos, todavia, são recorrentes as queixas nos locais de trabalho devido a sua violação, alegando falta de professores no local, o que acaba ocasionando o deslocamento para suprir essas necessidades sobrecarregando ainda mais os docentes.

Destarte Piovezan, Francisco e Dal Ri (2023, p. 5), mencionam que:

A flexibilização do trabalho é a versatilidade do professor, condição de profissional multitarefeiro que necessita preencher formulários, controlar a frequência, registrar as aulas, participar de diversos projetos escolares, reunir-se com os familiares dos alunos, participar de reuniões, discutir currículo, Projeto Político Pedagógico da escola, elaborar planos de aulas, corrigir trabalhos, provas, lecionar e, em diversos casos, estender a jornada de trabalho ao concluir suas atividades laborais em casa, nos finais de semana e feriados.

Como consequência, a perda desse tempo destinado ao planejamento e ações burocráticas da profissão que são para serem realizados na escola, provoca o acúmulo de trabalho, que leva o profissional a realizar muitas vezes em casa. Esse trabalho adicional, frequentemente realizado sem remuneração, excedendo e resultando na “*mais valia*”.

Essa precarização do trabalho docente resulta em uma elevada prevalência de doenças físicas e mentais. O acúmulo de fatores estressores, incluindo jornadas excessivas de trabalho, salários baixos e falta de apoio adequado, contribui para que os professores desenvolvam quadros de esgotamento, fadiga e sofrimento psicológico (Andrade; Cardoso, 2012; Teles; Tella; Bianchini, 2019).

Em paralelo às condições de acúmulo de trabalho, durante a pandemia do COVID-19, os professores da Educação Infantil, teve de se adaptar a uma rotina de elaboração de materiais educacionais lúdicos aliados às tecnologias, sem esquecer que os demais níveis de educação, também tiveram que se adequar durante esse período.

O contexto pandêmico agravou ainda mais a precarização do trabalho docente na Educação Infantil. A mudança repentina para a educação à distância e a implementação de protocolos de saúde rigorosos colocaram encargos adicionais sobre os professores. Estes tiveram de se adaptar a métodos de educação *online*, muitas vezes sem formação adequada ou recursos tecnológicos, e ao mesmo tempo, enfrentaram o desafio de manter o envolvimento e a interação com as crianças muitas vezes utilizando plataformas digitais.

Além disso, a pandemia intensificou os riscos de exposição ao vírus para os professores, assim como para outros profissionais, enquanto prestavam cuidados e educação essenciais aos filhos de trabalhadores essenciais. O medo de contrair e disseminar o vírus, juntamente com a falta de acesso a equipamentos de proteção individual, agravou o desgaste físico e mental desses profissionais.

Atualmente vivemos na sociedade designada como a “sociedade do conhecimento”, devido a gama de informações que podemos ter em questão de segundo com o uso da internet em computadores e celulares. A utilização desses recursos tornou-se essencial para garantir a continuidade dos estudos durante a pandemia.

No período em que as aulas foram suspensas devido a pandemia do COVID-19 houve um agravamento das condições de trabalho docente na Educação Infantil. Esses profissionais correram contra o tempo para conseguir garantir o acesso das crianças à educação de forma acessível e os desafios foram amplificados.

De acordo com Freitas (2018, p. 108):

O revigoreamento do tecnicismo apoiado em outra base tecnológica é considerado pela reforma empresarial fundamental para redefinir o próprio trabalho docente e o magistério, contribuindo para a construção de outra concepção de escola, inserida em um livre mercado competitivo. Como trabalhador desqualificado e mais dependente de tecnologia, o magistério é mais descartável e torna-se um apêndice das plataformas interativas em sala de aula, sendo mais facilmente adaptável aos planos de gestão de resultados e à flexibilização da força de trabalho.

Além disso, problemas de conexão com a internet, a falta de dispositivos eletrônicos por parte de professores, dificuldades de interação com as crianças e suas famílias também contribuíram para atenuar a educação.

Essa sobrecarga de trabalho e a pressão constante para se adaptar às novas demandas e tecnologias, levaram ao adoecimento dos professores. A falta de suporte emocional e psicológico, aliada à exaustão física resultante de longas jornadas de trabalho, tem gerado elevados índices de estresse, ansiedade, depressão e esgotamento profissional entre os docentes. Muitos relatam a falta de tempo para cuidar de si mesmos, de suas famílias e até mesmo para se dedicar ao planejamento de suas aulas (Teles; Tella; Bianchini, 2022; Wilke; Feijó, 2023).

Em consonância com essa perspectiva, Piovezan e Dal Ri (2019) destacam que a rotina sobrecarregada de trabalho dos docentes leva a problemas emocionais, estresse, depressão, Síndrome de Burnout, e também físicos, como cansaço, doenças ortopédicas, tendinite, lombalgia, bursite, artrite, hipertensão, problemas vasculares ou ligados à voz.

Teles, Tella e Bianchini (2022) relataram, em seu estudo, a presença da Síndrome de Burnout (SB) em professores da Educação Superior durante período da pandemia do COVID-19, destacando que esta doença está relacionada ao estresse ocupacional, afeta principalmente os profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários. Muitas vezes, essa doença pode ser confundida com a depressão. Além disso, os autores destacaram como grupos de risco, os profissionais da educação, da saúde, os policiais e os agentes penitenciários.

Outro fator relevante que contribui para a precarização do trabalho dos professores da Educação Infantil é a remuneração inadequada. Apesar da importância dessa etapa da Educação Básica, os professores recebem frequentemente salários mais baixos em comparação com os seus homólogos de outros níveis educativos (Pinto, 2009). Esta disparidade econômica amplia a precariedade da profissão e mina o valor atribuído ao papel desses profissionais.

A Lei nº 11.738/2008 (Brasil, 2008) assegura o piso mínimo para o magistério nacional, a fim de combater as desigualdades salariais da categoria, compreendendo a política de valorização dos profissionais da Educação Básica brasileira, que foi criada a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), e que impõe à União complementar recursos de estados e municípios que não dispõem de recursos próprios para o atendimento do marco legal, todavia, muitas prefeituras deixam de cumprir com o pagamento, alegando não ter recursos suficientes.

Em consonância com essa discussão, o agravamento nas condições de trabalho docente também se intensificou ao avanço das parcerias público-privadas, que desqualificam o trabalho de instituições públicas e salientam que instituições privadas oferecem qualidade no educar, sendo superior às públicas, todavia, sobrecarregam os docentes quanto ao trabalho e desvalorização salarial.

Freitas (2018, p. 104) menciona que:

Ao controle da gestão via privatização (por terceirização e/ou vouchers), complementado com o controle do processo pedagógico (por meio de uma base nacional comum curricular [BNCC] e sua irmã gêmea, a avaliação censitária [Saeb], inserida em políticas de responsabilização), somam-se: a) o controle das agências formadoras do magistério, via base nacional da formação de professores, e b) o controle da própria organização da instrução, por meio de materiais didáticos e plataformas de aprendizagem interativas. Ao redor da escola floresce um mercado de consultorias e assessorias destinadas a lidar com todas essas exigências.

De acordo com o cenário atual, o professor teve e tem que se atualizar abrangendo as demandas do mercado, tanto na rede pública quanto na rede privada e muitos ainda nesse contexto, encontram dificuldades relacionadas ao uso das tecnologias digitais e questões de uso das plataformas para preenchimento de conteúdo, projetos e frequência escolar, principalmente os que estão próximos da aposentadoria, constituindo uma realidade recorrente na Educação Infantil (Wilke; Feijó, 2023).

Pereira e Silva (2018, p. 528), deixam claro que a educação na atualidade é vista como mercadoria uma vez que:

A adoção de parcerias público-privadas, os contratos de gestão, as fundações e associações privadas voltadas para a oferta da educação pública tornaram-se modelo de gestão pública a ser incorporado pelas instituições universitárias e escolas públicas, tornando-as semelhantes às empresas privadas. Eis o nicho social que os investidores pressionam para explorar seus negócios.

Outro aspecto relevante que não pode deixar de ser mencionado, é a falta de oportunidades de desenvolvimento profissional e de reconhecimento, que contribui para a precarização do trabalho docente na Educação Infantil (Lira da Silva; De Lira, 2022; Santos, 2015). O acesso limitado a programas de treinamento e possibilidades de progressão na carreira dificultam a formação dos professores e, conseqüentemente, o crescimento como profissionais, impedindo sua capacidade de fornecer educação e cuidados de alta qualidade para crianças pequenas.

Freitas (2018, p. 109) deixa claro que esse cenário de: “desqualificação, tanto na formação quanto no exercício profissional, é acompanhado pela desvalorização profissional que é apresentada ao magistério pelo seu contrário, ou seja, como se fosse valorização”.

Além disso, já não é aceitável que as propostas das instituições formadoras e as políticas públicas ignorem a relevância da qualificação específica para professores da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental (Paschoal; Oliveira; Oliveira, 2020). É imprescindível a criação de iniciativas que promovam a valorização desses profissionais, abrangendo tanto a formação (inicial, continuada e em serviço) quanto a remuneração adequada e melhores condições de trabalho (Paschoal; Oliveira; Oliveira, 2020).

Presume-se que uma das alternativas para a melhoria e reconhecimento desses profissionais seja a implementação de um plano de carreira para o magistério nacional, de maneira a evitar brechas na lei que possam assegurar o não cumprimento por parte dos governos estaduais e municipais.

Considerações Finais

A precarização do trabalho docente na Educação Infantil é uma questão complexa que exige atenção. A análise apresentada neste ensaio destaca vários aspectos da precarização, contratos de trabalho atípicos, tarefas administrativas excessivas, remuneração inadequada, oportunidades

limitadas de desenvolvimento profissional e os impactos prejudiciais sobre a formação dos professores.

A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais esses desafios, reforçando a necessidade urgente de melhores condições de trabalho, de remuneração justa e de sistemas de apoio para os professores. Os esforços para garantir o bem-estar e o crescimento profissional, são essenciais para a oferta de educação e cuidados de alta qualidade às crianças pequenas.

Por conseguinte, é fundamental que sejam implementadas políticas educacionais voltadas à valorização e à proteção aos profissionais da Educação Infantil. Nesse sentido, torna-se necessário investir na formação continuada dos professores, garantindo que eles estejam preparados para lidar com os desafios e possam oferecer uma educação de qualidade às crianças. Além disso, é preciso melhorar as condições de trabalho nas escolas, com estruturas adequadas, materiais pedagógicos suficientes e um ambiente saudável e acolhedor para todos.

Contudo, a precarização do trabalho docente na Educação Infantil é um problema que afeta tanto os profissionais da educação quanto a qualidade da educação que se oferece neste nível. Torna-se necessário reconhecer essa realidade e promover ações que contribuam para a melhoria das condições laborais e para a valorização dos docentes que atuam nesse segmento educacional.

Referências

- Andrade, P.S.; Cardoso, T.A.O. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a síndrome de burnout. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 129-140, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000100013>.
- Antunes, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Arce, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 167-184, 2001. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000200009>.
- Brasil. Presidência da República. *Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008*. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.
- Deitos, M. L. M. S. A formação do trabalhador num contexto de permanente mudança tecnológica. In: Figueiredo, I. M. Z.; Zanardini, I. M. S.; Deitos, R. A. (org.). *Educação, políticas sociais e Estado no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.
- Diehl, L.; Marin, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Psychology*, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2016v7n2p64>.
- Freitas, L. C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- Hypolito, Á. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. *Educação: Teoria e Prática*, v. 21, n. 38, p. 59-78, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/526>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- Kenski, V. M. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- Kuenzer, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: Lombardi, J. C.; Saviani, D.; Sanfelice, J. L. (org.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2002. p. 77-95. (Coleção Educação Contemporânea).
- Lévy, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- Lira da Silva, M. C.; De Lira, F. L. Os desafios do ser professor da educação infantil em tempos pandêmicos. *Revista Educação e Infâncias*, v. 1, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoinfancia/article/view/29602>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- Matias, A. B. et al. A pandemia da COVID-19 e o trabalho docente: percepções de professores de uma universidade pública no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 2, p. 537-546, 2023.

Mendes, K. D. S.; Silveira, R. C. C. P.; Galvão, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

Mészáros, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Montenegro, A. M. R. Estado, Desigualdade Social e Pobreza. Um olhar sobre a importância de políticas públicas que assegurem direitos e o bem-estar da sociedade. *Revista PUC Minas*, n. 20, 2019. Disponível em: <https://revista.pucminas.br/revista/materia/estado-desigualdade-social-e-pobreza/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Moran, J. M.; Masseto, M.; Behrens, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

Oliveira, D. A. et al. Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas consequências para os professores. *Trabalho & Educação*, v. 11, p. 51-65, 2002.

Paschoal, J. D. Entre a pré-escola obrigatória e creche opcional: reflexões sobre o direito da criança à educação de qualidade. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 18, n. 3, p. 766-779, 2018. Doi: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i3.8651509>.

Paschoal, J. D.; Machado, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas*, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2012. Doi: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639555>.

Paschoal, J.; Oliveira, S. M. L.; Oliveira, M. R. F. Formação e construção da docência na educação infantil. *Colloquium Humanarum*, v. 17, p. 158-168, 2020. Doi: <https://doi.org/10.5747/ch.2020.v17.h475>.

Pereira, R. S.; Silva, M. A. Estado Capitalista brasileiro e organismos internacionais: continuidades das reformas educacionais. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 18, n. 2, p. 523-544, 2018. Doi: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8651372>.

Peroni, V. M. V. Relação público-privado no contexto do neoconservadorismo no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 41, e241697, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/ES.241697>.

Piovezan, P. R.; Dal Ri, N. M. Flexibilização e intensificação do trabalho docente no Brasil e em Portugal. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 2, e81355, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-623681355>.

Pinto, J. M. R. Remuneração adequada do professor desafio à educação brasileira. *Revista Retratos da Escola*, v. 3, n. 4, p. 51-67, 2009. Doi: <https://doi.org/10.22420/rde.v3i4.101>.

Piovezan, P. R.; Francisco, M. V.; Dal Ri, N. M. A precarização do trabalho docente e o movimento sindical: atuação da Apeoesp no Estado de São Paulo de 2009 a 2014. *Educação e Pesquisa*, v. 49, e251243, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349251243>.

Prado, C. E. P. Estresse ocupacional: causas e consequências. *Revista Brasileira de Medicina e Trabalho*, v. 14, n. 3, p. 285-289, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5327/Z1679-443520163515>.

Puello-Socarrás, J. F. Novo neoliberalismo: arquitetônica estatal no capitalismo do século XXI. *Revista Eletrônica de Administração - REAd*, v. 27, n. 1, p. 35-65, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.309.111147>.

Reis, E. J. F. B. et al. Docência e exaustão emocional. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 229-253, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100011>.

Rojo, R. (org.). *Escola conectada: os multiletramentos e as TICs*. São Paulo: Parábola, 2013.

Rosa, R. V. M. Feminização do magistério: representações e espaço docente. *Revista Pandora Brasil*, n. 4, 2011. Disponível em: https://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

Santos, W. A. Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor. *Sapere Aude*, v. 6, n. 11, p. 349-358, 2015.

Teles, C. C.; Tella, L.; Bianchini, L. G. B. A Síndrome de Burnout em professores do ensino superior no período de pandemia do Covid-19. *Humanidades & Tecnologia em Revista*, v. 33, p. 172-182, 2022. Doi: <https://doi.org/10.47247/1809.1628.33.172>.

Tostes, M. V. et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde debate*, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>.

Wacquant, L. *Castigar a los pobres: el gobierno neoliberal de la inseguridad social*. Barcelona: Gedisa, 2009.

Wilke, V.C.L.; Feijó, M.S. Aspectos da plataformização educacional na educação básica brasileira: a “Escola do Cansaço” na era do Big Data. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 10, n. esp2, p. 418-437, 2023. Doi: <https://doi.org/10.21728/logeion.2023v10nesp2.p418-437>.

Colaboradores

Conceitualização, análise formal, metodologia: S. A. SANTOS. Escrita – rascunho original: S. A. SANTOS, V.R. NICOLAU e K.L.S. DEOLINDO. Escrita – revisão e edição: L. G.B. BIANCHINI e S.C. CINTRA.